

056 24
M



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 175329-3/02

EMBARGANTE: UNIBANCO - UNIÃO DOS BANCOS BRASILEIROS S/A

EMBARGADO: JOSÉ ALBERTO DE BARROS FREITAS E OUTROS

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

5490

EMENTA: Civil e Processual Civil – Embargos de Declaração – Recurso de Agravo – Omissão – Comprovadamente foram analisadas todas as questões colocadas – Prequestionamento – Nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios – Mesmo para efeito de prequestionamento os embargos devem observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC – Recurso conhecido, porém rejeitado – Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração de nº 175329-3/02, que têm como embargante UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A e embargado JOSÉ ALBERTO DE BARROS FREITAS E OUTROS, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer, porém rejeitar os aclaratórios, tudo na conformidade do relatório e voto anexo que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife,

11/12/2005

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

057 30
mm

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 175329-3/02

EMBARGANTE: UNIBANCO -- UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

EMBARGADO: JOSÉ ALBERTO DE BARROS FREITAS E OUTROS

RELATOR: DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

RELATÓRIO:

O UNIBANCO opôs Embargos de Declaração apontando omissão e prequestionando o julgado proferido nos autos do Recurso de Agravo nº 175329-3/01.

Alega o embargante da necessidade de que toda matéria posta em sede de discussão de contestação e apelação seja devidamente ventilada, considerando o requisito do prequestionamento, essencial ao juízo de admissibilidade.(fls.02/10).

É o Relatório.

Recife

Des. Silvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

058 31
mu

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 175329-3/02

EMBARGANTE: UNIBANCO -- UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

EMBARGADO: JOSÉ ALBERTO DE BARROS FREITAS E OUTROS

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

VOTO:

Pretende o embargante rediscutir TODA a matéria que foi devidamente tratada no julgado embargado, como se pode concluir da leitura do respectivo acórdão:

EMENTA: Civil e Processual Civil – Recurso de Agravo – Apelação Cível - Decisão Terminativa – Expurgos Inflacionários de Caderneta de Poupança – Observância de Jurisprudência dominante do STJ - Aplicação do Art. 557 do CPC.

- Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam – O sucessor da referida instituição financeira assume os créditos e débitos do extinto banco - Sendo certo que os poupadores fazem jus ao crédito advindo dos valores depositados, é do apelante que devem cobrar – Preliminar rejeitada – decisão unânime.*
- Sendo a referida matéria exaustivamente discutida e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, ao se dar seguimento a um recurso de apelação em confronto com sua dominante jurisprudência, estar-se-ia afrontando ao princípio da uniformização da jurisprudência, eternizando-se as discussões meritórias, e contra tal quadro, hoje se insurgem todas as vertentes da sociedade, visto as inúmeras exigências de presteza e agilidade na prestação jurisdicional que chegam ao Poder Judiciário - Recurso não provido – Decisão unânime.*

Como visto, as razões dos presentes embargos não merecem prosperar, pois, o Acórdão, como todos sabem, é composto não só pela ementa, somam-se os Relatórios, Votos e discussões, caso existentes. Portanto, apreciando as fls23/34 do Recurso de Agravo embargado, se terá uma visão completa do julgamento.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

Não há, portanto, omissão, contradição, ou obscuridade a ser sanada. Conforme jurisprudência desta corte, mesmo que os Embargos de Declaração pretendam prequestionar a matéria, deve-se observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ QUE ADMITE AÇÃO DIRETA DA VÍTIMA CONTRA SEGURADORA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 535 DO CPC. EMBARGOS IMPROVIDOS. UNÂNIMIDADE. - Embargos declaratórios não se prestam a adequar a decisão ao entendimento do embargante. E mesmo quando visem ao prequestionamento, não podem ultrapassar os contornos do art. 535 do CPC. - Embargos improvidos. Unanimidade". (Embargos de Declaração nº 75259-4/01, Relator do Acórdão: Des. José Fernandes, Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível, Publicação: Nº DJ: 199 Data da Publicação: 21/10/2003).

No mesmo sentido, entre tantos, os seguintes arestos: Embargos de Declaração nº 162193-8/02; Embargos de Declaração nº 163499-9/02; Embargos de Declaração nº 151476-5/0; Embargos de Declaração nº 49519-2/01.

Pelo exposto, e diante da nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios, rejeito os presentes embargos.

É como voto.

Recife, 11/12/2009

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator